

## **REGIMENTO INTERNO DA**

### **ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DA GLESP**

A Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, reunida em **ASSEMBLEIA CONSTITUINTE**, regularmente convocada para o fim de legislar sobre a reforma de sua Constituição e Regulamento Geral, delibera adotar o presente Regimento Interno para disciplinar seus trabalhos.

Art. 1º – A Assembleia Constituinte compõe-se única e exclusivamente dos representantes das Lojas da Jurisdição.

Art. 2º – O Poder Constituinte dos representantes das Lojas é soberano e só poderá ser exercido em Plenário.

Art. 3º – São órgãos do Poder Constituinte:

- a) o Plenário;
- b) a Presidência, os Grandes Oficiais (Vigilantes, Secretário, Guarda do Templo e Mestre de Cerimônias) e;
- b) a Secretaria.

#### **DO PLENÁRIO**

Art. 4º – As sessões do Plenário serão realizadas nos dias e horários determinados na convocação.

Art. 5º – As sessões só poderão ser realizadas com o número mínimo de representantes legais de 60 (sessenta) Lojas com Carta Constitutiva Definitiva, que se identificarão em livro próprio antes da sessão e firmarão a presença.

Art. 6º – Será considerada aprovada toda a matéria que obtiver a maioria de 2/3 (dois terços) dos votos presentes.

Art. 7º – As sessões terão duração de duas horas e trinta minutos, podendo ser prorrogadas por até duas horas, no máximo.

Art. 8º – As sessões serão franqueadas aos Mestres Maçons que ocuparão os lugares remanescentes, porém ser direito ao uso da palavra e do voto.

Art. 9º – Para apreciação de assunto de interesse dos trabalhos constituintes ou, ainda, no caso de dificuldade em ser mantida a ordem, a Presidência poderá suspender as sessões, por prazo não superior a 7 (sete) dias.

Art. 10 – Será exercida pelo Grão-Mestre (Quinto Landmark).

**Art. 11 – Compete ao Presidente:**

- I – abrir, presidir, suspender e encerrar as sessões, preservando e fazendo cumprir este Regimento;
- II – decidir soberanamente as questões de ordem, requerimentos e reclamações nos termos deste Regimento, podendo ouvir o Plenário;
- III – conceder a palavra;
- IV – interromper quem estiver com a palavra, quando se desviar do assunto em pauta ou quando esgotar o tempo regimental;
- V – submeter à votação a matéria discutida;
- VI – determinar, em qualquer fase dos trabalhos ou atendendo a verificação do *quorum* e, não o havendo, suspender a sessão;
- VII – prorrogar o tempo da sessão, a requerimento de membro da Assembleia, se aprovado pela maioria dos presentes;
- VIII – exercer com autoridade o poder disciplinador durante os trabalhos constituintes, devendo ser auxiliado pelos Grandes Vigilantes;
- IX – proferir voto de desempate;
- X – nomear Mestres Maçons para assessorá-lo nos trabalhos da Assembleia e os nomeados terão direito à voz; se representantes de Loja poderão votar;
- XI – sem se afastar do cargo, fazer uso da palavra para esclarecimentos sobre a matéria, porém, sem discuti-la.

**DA SECRETARIA**

**Art. 12 – O Secretário será Mestre Instalado indicado pelo Presidente.**

**Art. 13 – Compete ao Secretário:**

- I – organizar os trabalhos da Assembleia;
- II – redigir a Ata, registrando os fatos ocorridos na sessão, e uma vez lida e aprovada deverá ser assinada;
- III – ler o projeto, requerimento, indicações e demais documentos sujeitos à deliberação da Assembleia;
- IV – após a votação, organizar a matéria aprovada para formar o corpo da nova Constituição e Regulamento Geral;
- V – auxiliar o Presidente nas suas atribuições.

**DAS LOJAS**

**Art. 14 – As Lojas votarão por um dos seus representantes legais, devidamente identificados antes do início de cada sessão.**

**Art. 15 – As Luzes das Lojas, isto é, o Venerável Mestre e os Vigilantes, são seus únicos representantes legais.**

## **DA DISCUSSÃO**

Art. 16 – Primeiramente deverá ser votado o projeto em seu todo e, se aprovado, serão discutidas e votadas as emendas sugeridas pelas Lojas, desde que protocoladas na Grande Secretaria até 5 (cinco) dias anteriores ao início dos trabalhos da Constituinte.

Art. 17 – Antes de iniciar a discussão da matéria objeto de emendas, o Secretário ou quem designado pela Presidência lerá o título ou capítulo ou artigo ou ainda parágrafo, conforme o que lhe for determinado. A seguir será dada a palavra aos representantes legais das Lojas.

Art. 18 – Um dos representantes legais de Loja, declinando seu nome, a Loja que representa e seu cargo, poderá falar exclusivamente sobre a matéria em debate, por uma única vez e pelo tempo máximo de 3 (três) minutos, prorrogáveis a juízo exclusivo do Presidente.

Parágrafo único – Vencido o tempo, o representante que estiver com a palavra deverá concluir imediatamente, sob pena de ser cassada.

Art. 19 – Ninguém poderá fazer uso da palavra sem consentimento prévio do Presidente.

Parágrafo único – Se insistir em falar, o Presidente convida-lo-á a retirar-se e, se não o fizer, suspenderá os trabalhos e determinará a instauração do competente processo na Justiça Maçônica.

Art. 20 – O representante legal na Assembleia poderá falar na ordem em que solicitou a palavra:

- I – sobre o assunto em pauta;
- II – para questão de ordem.

Art. 21 – Questão de ordem é constituída por dúvida levantada acerca de interpretação deste Regimento.

§ 1º - Deverá ser formulada com clareza e com indicação dos dispositivos que cumprem ser elucidados.

§ 2º - Se o membro da assembleia não observar as prescrições do parágrafo anterior, o Presidente cassar-lhe-á a palavra, determinando a seu critério, que se faça o registro em Ata.

Art. 22 – O Presidente resolverá as questões de ordem, podendo submetê-las ao Plenário. Da decisão não caberá crítica, recurso ou desatendimento.

Art. 23 – O tempo para formular questão de ordem não poderá exceder a 2 (dois) minutos.

Art. 24 – É facultado o aparte, por 2 (dois) minutos, se concedido por aquele que estiver com a palavra e desde que o aparteante não haja se pronunciado sobre a matéria discutida.

§ 1º - Não serão admitidos apartes:

- a) Ao Presidente;
- b) Paralelos e cruzados;
- c) Quando estiver sendo suscitada questão de ordem.

§ 2º - Não serão registrados em Ata os apartes proferidos em desacordo com os preceitos regimentais, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Art. 25 – Cada Loja terá direito a um único voto. O direito de voto só poderá ser exercido por um dos representantes legais da Loja.

Art. 26 – A votação será procedida logo após o encerramento da discussão, sem outra formalidade.

Art. 27 – As votações só se interromperão por falta de *quorum* ou para dar lugar à questão de ordem relativa à preterição de formalidades regimentais, que deverão ser indicadas expressamente.

Art. 28 – Esgotado o tempo regimental da sessão ficará ela automaticamente prorrogada até ser concluída a votação já iniciada.

Art. 29 – Durante a votação nenhum membro da Assembleia poderá deixar o Plenário e nem se escusar de votar, salvo por motivo de força maior.

## **DAS CREDENCIAIS**

Art. 30 – Os representantes legais com direito a voto deverão portar, obrigatoriamente, crachá de identificação fornecido pela Grande Secretaria Geral da GLESP.

## **DA VERIFICAÇÃO**

Art. 31 – O participante da Assembleia poderá pedir a verificação da votação.

§ 1º - O pedido será formulado após anunciado o resultado da votação e antes de passar para o outro assunto.

§ 2º- A verificação se fará por meio de chamada nominal da Loja, proclamando o Presidente o resultado, sem que conste da Ata as respostas e a individuação dos votos.

§ 3º - Será admitido apenas uma verificação em cada votação.

Art. 32 – A falta de número para votação não prejudicará a matéria votada anteriormente àquela para a qual foi requerida verificação.

### **DA PREFERÊNCIA**

Art. 33 – Preferência é prioridade na discussão ou votação de emenda.

Art. 34 – As emendas terão preferência na votação da forma seguinte:

I – As supressivas pelas demais;

II – As substitutivas, assim como as aditivas e modificativas sobre as proposições a que se referirem.

### **DA REDAÇÃO FINAL**

Art. 35 – Aprovado o projeto serão designados pelo Presidente 5 (cinco) membros da Assembleia para elaborar a redação final.

Art. 36 – Só caberão emendas à redação destinadas a evitar incorreção de linguagem, incoerência, contradição ou erro material.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 37 – Poderá ser apresentada emenda que complete uma proposta, desde que aceita pelo representante legal da Loja proponente.

Art. 38 – As deliberações que interpretem este Regimento ou decidam casos omissos constituirão precedentes regimentais e passam a integrá-lo e a vigorar a partir daquelas.

Art. 39 – Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Constituinte, revogadas as disposições em contrário.

(Fevereiro/2012).